

# Em estado de greve: Professores aguardam fim da análise técnica da folha de pagamento da Semed

Os professores da rede pública municipal de São Luís, que suspenderam o movimento paredista no dia 03 de setembro, em assembleia geral, após a retomada da negociação, permanecem em estado de greve.

A medida foi aprovada depois que o Ministério Público intermediou a retomada da mesa de negociação entre o Sindeducação e a Prefeitura de São Luís, definindo a devolução dos salários dos professores que adeririam a greve, assim como a garantia do retorno dos educadores ao mesmo local de lotação e ainda assegurar o direito da ampliação (40h) dos docentes que aderiram ao movimento paredista.

Além disso, a Secretaria Municipal de Educação ficou intimada a encaminhar ao Ministério Público a folha de pagamento do magistério, assim como dos recursos recebidos do FUNDEB, do MDE, entre outros. A entrega ocorreu no dia 14 de setembro, para

análise da viabilidade financeira de concessão do reajuste da categoria dos professores, com prazo estabelecido de 20 dias úteis.

Os trabalhos estão sob a responsabilidade da equipe técnica contábil do Ministério Público, coordenados pelo técnico, Raimundo Vale; além disso, o Sindeducação efetivou a contratação de técnicos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos – DIEESE - que também estão analisando a documentação da SEMED, afim de desenvolver um profundo estudo da folha do magistério e por fim compará-lo ao resultado da análise do MP.

Durante esses 20 dias de suspensão da greve a diretoria do Sindeducação manteve as ações de mobilização nas escolas, dando continuidade ao mapeamento das condições estruturais das unidades de ensino, bem como identificar as deficiências pedagógicas nos espaços escolares.



## Realidade da rede de ensino público de São Luís

Descumprindo o direito à Educação básica previsto na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a prefeitura de São Luís vem, diariamente, prejudicando o aprendizado das crianças e adolescentes que dependem do sistema público de ensino.

Problemas como falta de estrutura dos prédios; salas sem iluminação adequada e sem ventiladores, cadeiras deterioradas; escassez de material pedagógico; falta de água; quadras esportivas depreciadas e sem condições de uso; transporte escolar irregular e alimentação inadequada, compõem o cenário caótico dos espaços escolares da nossa cidade.

Diante dessas problemáticas, o Sindeducação já encaminhou várias denúncias ao Ministério Público, que serviram de embasamento para ajuizamento de ações cobrando responsabilidade

por parte da administração pública municipal em seu dever de ofertar uma educação de qualidade.

Atualmente, o Ministério Público acionou o município de São Luís em razão do descumprimento dos prazos de construção das 25 creches e escolas e ainda em uma ação que propõem a recuperação de 54 unidades de ensino que estavam previstas no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado em 2014, com prazo máximo de seis meses, mas que não foi cumprido.

“Estamos trabalhando com muita responsabilidade e sempre vigilante para garantir os direitos das crianças, adolescentes e dos professores. O Sindeducação não se curva e não se calará diante de um governo que não respeita e não valoriza a educação e nem os educadores”, enfatizou a professora Elisabeth Castelo Branco.

